



UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 02.819.125/0001-73

Relatório da Administração

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026. **Apresentação:** Submetemos à apreciação do V.S. as demonstrações financeiras da UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Corretora), elaboradas de acordo com as normas e instruções do Banco Central do Brasil e com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Atuação:** A Corretora oferece aos seus clientes, pessoas físicas e jurídicas, produtos e serviços financeiros, incluindo intermediação de valores e, principalmente, corretagem de valores operados via B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e conduz as suas operações por meio de uma sólida gestão de riscos. **Evolução dos negócios:** A Corretora apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, lucro líquido de R\$ 53.230 mil, e um patrimônio líquido de R\$ 609.388 mil. O resultado do exercício foi impactado pela inversão na expectativa da curva de juros, que passou a ser elevada em 2025. Essa alteração impactou o perfil das operações estruturadas pelo mercado, afetando principalmente as receitas com comissões para colocação de títulos. Parte dessa queda de receita foi compensada pelo menor nível de despesa com comissões e correlagens a pagar pela originadora assistora em operações. **Principais fatos societários e administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras:** Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger-PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho

de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.; Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.); Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimento S.A., UBS BB Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento no Exterior), UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. **Política de distribuição de dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas e com base no estatuto social da Corretora. **Índice de Basileia:** O Conglomerado UBS Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2025, era de R\$ 4.426.866 mil e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para o RWA (Risk-weighted Assets) correspondia a R\$ 989,9 milhões mil, resultando em um índice de R\$ 3.440.243 mil. O índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2025, era de 35,90%. **Gerenciamento de**

riscos: O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil é baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de decisões. A Diretoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibilizará em seu site no internet, até 31 de março de 2026, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.ubs.com/global/pi/legal/country/brazil/pi/risk.html>. **Diversidade, Equidade e Inclusão:** O Grupo UBS tem o compromisso de ser um ambiente de trabalho diverso e inclusivo, baseado na meritocracia, e busca construir uma cultura de pertencimento, na qual todos os colaboradores sejam reconhecidos e valorizados, e onde todos possam ter sucesso e prosperar. Acreditamos que equipes diversas e inclusivas impulsionam a inovação, aprimoram a tomada de decisões e compreendem melhor a diversidade das necessidades e interesses de nossos clientes. Remuneramos com base no desempenho e levamos a equidade salarial como padrão sério. Em todas as nossas localidades, aplicamos os mesmos padrões de remuneração justa, reforçados por revisões anuais de nossa abordagem e de nossas políticas, em conformidade com metodologias consolidadas de equidade salarial. As análises de equidade salarial com foco em gênero estão incorporadas aos nossos processos de remuneração. Caso sejam

identificadas quaisquer diferenças não explicadas por fatores de negócio ou por fatores específicos adequados a cada colaborador, como a experiência, a qualificação, a experiência, o desempenho, o localidade, o alinhamento às causas-raiz e adotamos as medidas necessárias. Nossa abordagem mais ampla para uma remuneração justa também inclui verificações para garantir que todos os colaboradores recebam, no mínimo, o salário digno mais recentemente publicado. A transparência é a base por meio da qual capacitamos os líderes a criar um ambiente de trabalho diverso e inclusivo, sendo todos responsabilizados por isso. Utilizamos diversos canais de comunicação e metas dos gestores de linha para promover a conscientização, além do monitoramento de dados com características relevantes, incluindo padrões gerenciais e ferramentas de apoio, para dar suporte a toda a nossa força de trabalho. Para saber mais sobre o compromisso da UBS com o ambiente de trabalho inclusivo, visite nossa página na internet. **Ouidória:** O componente organizacional de Ouidória encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução BCB nº 28/20. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria recomendou aprovação, em 31 de dezembro de 2025, das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme descrito em relatório específico e apresentado em conjunto das demonstrações financeiras. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaboradores pelo sucesso alcançado no exercício. **A Administração:** Anderson Leite Brito; Carla Sarkis; Daniel Cardoso Mendonça de Barros; Fernanda Barbosa Campos; Fernando de Carvalho; Katia Mari Takahashi; Marcelo Okura; Maria Cristina Prioli; Melissa Wachlveski Machado; Ricardo Siciliano.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
Ativo	Notas 31/12/2025	Passivo	Notas 31/12/2025
Circulante e não circulante		Circulante e não circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	4 225.303	Recursos disponíveis de clientes	6 1.284
Instrumentos financeiros mensurados:	5 473.850	Negociação e intermediação de valores	6 308.603
• Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	408.960	Outros passivos	11 200.123
• Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	57.502	Provisões	9 54.555
• Ao custo amortizado (CA)	7.388	Patrimônio Líquido	13 609.388
Negociação e intermediação de valores	6 309.388	Capital Social	363.158
Outros ativos	7 14.132	Reservas de lucros	343.603
Impostos a compensar	8 17.623	Ajuste de Avaliação Patrimonial	15 (97.373)
Ativo fiscal diferido	12b 59.733		
Depósitos judiciais	9 47.434		
Imobilizado de uso	10a 7.042		
Intangível	10b 18.998		
Total do Ativo	1.173.953	Total do Passivo	1.173.953

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)		Reservas de lucros	
	Nota	Capital Social	Legal
Saldo em 30 de junho de 2025		363.158	24.925
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos		48.430	247.723
Lucro líquido do semestre		-	-
Destinações:			
Reserva legal		1.759	-
Dividendos		(4.290)	-
Reserva estatutária		-	25.056
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	363.158	26.684
Saldo em 31 de dezembro de 2024		363.158	24.022
Adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021		-	-
Saldo em 01 de janeiro de 2025		363.158	24.022
Amortização ágio		44.140	234.853
Ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo, líquidos de tributos		-	-
Lucro líquido do exercício		17	17
Destinações:			
Reserva legal		2.662	-
Dividendos		(12.642)	-
Reserva estatutária		-	37.926
Saldo em 31 de dezembro de 2025	13	363.158	26.684

A adoção da referida norma não gerou impactos na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, portanto, o saldo de abertura de 01/01/2025 é igual ao de 31/12/2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)	
1. Contexto operacional: UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, emitir e administrar instrumentos de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Corretora faz parte do conglomerado UBS Brasil e do Grupo UBS BB, que é controlado pelo UBS AG (50,01%), com participação majoritária do BB-Banco de Investimento S.A. (49,99%). Dentro do Grupo UBS BB, a Corretora possui como controladora a UBS BB Holding Financeira S.A., que detém total controle de suas ações, e possui indiretamente a UBS BB Serviços que detém total controle da entidade UBS BB Holding Financeira S.A. Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger-PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.; Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.); Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimento S.A., UBS BB Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento no Exterior), UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.	

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a) **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras são preparadas sob o controle da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. O resultado e a posição financeira da Corretora estão expressos em milhares de Reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. A Corretora adotou em 1º de janeiro de 2025, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 que alteraram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação nas demonstrações Contábeis Individuais comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução 352/23. Os efeitos da referida transição normativa estão detalhados na nota 2c. i. Posterior, em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução BCB nº 352, que revogou os mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para o fluxo de caixa, de modo a assegurar que o ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A diretoria aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2026. b) **Julgamentos e estimativas contábeis significativas:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Não apresentamos alterações em relação aos padrões contábeis de reconhecimento e mensuração adotados pela Corretora até 31.12.2024. Segue abaixo a lista das principais alterações regulatórias:

1. Contexto operacional: UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo - SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 4º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, e possui como objetivo social operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, encarregar-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, emitir e administrar instrumentos de câmbio, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Corretora faz parte do conglomerado UBS Brasil e do Grupo UBS BB, que é controlado pelo UBS AG (50,01%), com participação majoritária do BB-Banco de Investimento S.A. (49,99%). Dentro do Grupo UBS BB, a Corretora possui como controladora a UBS BB Holding Financeira S.A., que detém total controle de suas ações, e possui indiretamente a UBS BB Serviços que detém total controle da entidade UBS BB Holding Financeira S.A. Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger-PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.) passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.; Banco UBS (Brasil) S.A. (anteriormente Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.); Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. (anteriormente Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.), UBS Brazil Bahamas Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited), UBS BB Banco de Investimento S.A., UBS BB Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários S.A., UBS Próprio Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior), Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Financeiro - Multimercado (anteriormente Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento no Exterior), UBS Brazil Access Fund Limited (anteriormente Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited), tendo como empresa líder o Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: a) **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras são preparadas sob o controle da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. O resultado e a posição financeira da Corretora estão expressos em milhares de Reais, sendo esta a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras. A Corretora adotou em 1º de janeiro de 2025, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 que alteraram os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou pela dispensa da apresentação nas demonstrações Contábeis Individuais comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto no artigo 79 da Resolução 4.966/21 e no artigo 102 da Resolução 352/23. Os efeitos da referida transição normativa estão detalhados na nota 2c. i. Posterior, em 23 de novembro de 2023, o Banco Central do Brasil (BACEN) emitiu a Resolução BCB nº 352, que revogou os mesmos conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21, porém com aplicação expandida para as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Além disso, trouxe maior detalhamento sobre os procedimentos contábeis para o fluxo de caixa, de modo a assegurar que o ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A diretoria aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de fevereiro de 2026. b) **Julgamentos e estimativas contábeis significativas:** No processo de elaboração das demonstrações financeiras, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Não apresentamos alterações em relação aos padrões contábeis de reconhecimento e mensuração adotados pela Corretora até 31.12.2024. Segue abaixo a lista das principais alterações regulatórias:

3. Principais práticas contábeis: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, utilizados pela Corretora, c) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos financeiros e normativos regulamentados estabeleça a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, c.) Reforma Tributária sobre o Consumo (Lei Complementar nº 214/2025). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Selo (IS). Diferentemente do regime cumulativo anterior vigente, o novo modelo prevê o aprovisionamento de créditos decorrentes de suas aquisições de bens e serviços. A Administração está conduzindo o mapeamento detalhado dos impactos tributários, financeiros, sistêmicos e processuais, incluindo as adequações necessárias às novas obrigações acessórias, de modo a assegurar a conformidade do início do período de transição em 2026 e a vigência integral dos novos exercícios subsequentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, utilizados pela Corretora, c) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos financeiros e normativos regulamentados estabeleça a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, c.) Reforma Tributária sobre o Consumo (Lei Complementar nº 214/2025). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Selo (IS). Diferentemente do regime cumulativo anterior vigente, o novo modelo prevê o aprovisionamento de créditos decorrentes de suas aquisições de bens e serviços. A Administração está conduzindo o mapeamento detalhado dos impactos tributários, financeiros, sistêmicos e processuais, incluindo as adequações necessárias às novas obrigações acessórias, de modo a assegurar a conformidade do início do período de transição em 2026 e a vigência integral dos novos exercícios subsequentes.

5. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, utilizados pela Corretora, c) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos financeiros e normativos regulamentados estabeleça a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, c.) Reforma Tributária sobre o Consumo (Lei Complementar nº 214/2025). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Selo (IS). Diferentemente do regime cumulativo anterior vigente, o novo modelo prevê o aprovisionamento de créditos decorrentes de suas aquisições de bens e serviços. A Administração está conduzindo o mapeamento detalhado dos impactos tributários, financeiros, sistêmicos e processuais, incluindo as adequações necessárias às novas obrigações acessórias, de modo a assegurar a conformidade do início do período de transição em 2026 e a vigência integral dos novos exercícios subsequentes.

6. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, utilizados pela Corretora, c) Resolução CMN nº 4.966/21 - Instrumentos financeiros e normativos regulamentados estabeleça a designação e reconhecimento contábil de hedge e o ajuste ao valor presente de instrumentos financeiros reestruturados, sendo efetivas a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma, c.) Reforma Tributária sobre o Consumo (Lei Complementar nº 214/2025). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Selo (IS). Diferentemente do regime cumulativo anterior vigente, o novo modelo prevê o aprovisionamento de créditos decorrentes de suas aquisições de bens e serviços. A Administração está conduzindo o mapeamento detalhado dos impactos tributários, financeiros, sistêmicos e processuais, incluindo as adequações necessárias às novas obrigações acessórias, de modo a assegurar a conformidade do início do período de transição em 2026 e a vigência integral dos novos exercícios subsequentes.

Demonstração do resultado - Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2º Sem/2025	31/12/2025
Resultado de operações com instrumentos financeiros mensurados:	16	47.751	89.083
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		28.495	51.652
Ao custo amortizado		14.914	29.064
Ao valor justo por meio de resultado		(4.342)	(8.367)
Outras receitas operacionais		296.002	573.540
Recargas de prestação de serviços		17	296.002
Despesas administrativas e gerais		(280.163)	(576.689)
Pessoal e encargos		18	(90.780)
Comunicações			(8.424)
Processamento de dados			(3.906)
Serviços do sistema financeiro			(5.799)
Repasses sobre comissões		14	(52.281)
Depreciação e amortização		10	(1.051)
Tributárias		19	(31.392)
Reembolsos de despesas com intragrup - Intercompany		14	(79.047)
Diversas		20	(7.483)
Outras receitas/(despesas)		1.867	4.216
Reservas de provisões		(5.914)	(7.487)
Resultado antes dos tributos e participações		59.543	82.663
Tributos sobre o lucro	12a	(24.376)	(29.433)
Corrente		(22.074)	(22.074)
Diferido		(2.302)	(7.359)
Lucro líquido do semestre/exercício		35.167	53.230
Nº de ações		13	44.155.370
Lucro líquido por ação (básico e diluído)		0,80	1,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro: Aplicável aos ativos financeiros com um aumento significativo no risco de crédito desde seu reconhecimento inicial, mas que não foram originados com problemas de recuperação; • Estágio 3 - Perdas de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de liquidez dentro dos prazos regulamentares; • Estágio 4 - Perdas de crédito esperadas para ativos com problemas de recuperação de liquidez dentro dos prazos regulamentares e de vencimento dos contratos. d) **Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Os demais ativos e passivos da Corretora estão classificados como custo amortizado, conforme o Art. 4º e 9º da 4.966/21. e) **Redução ao valor recuperável de outros ativos (impairment):** Um ativo está desvalorizado quando o valor recuperável de ativos (impairment) acumulado é maior que o custo amortizado. A amortização do ágio ocorre de forma linear, de acordo com o prazo esperado de realização. Os intangíveis identificados, por meio de laudos de avaliação produzidos internamente, estão representados pela lista de clientes" e sistema de processamento de dados, os quais são amortizados de forma linear no prazo de 30 anos. 1 - Diferente da aquisição da Link via UBS Acquisições Holding S.A. g) **Impostos e contingências tributárias correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%. A contribuição social está calculada à alíquota de 15%. Tributos diferidos: Os créditos tributários são reconhecidos sobre diferenças temporárias e serão realizados quando a utilização das respectivas provisões. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na medida que o lucro tributável futuro esteja disponível e o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. h) **Provisões, passivos e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais são descritos abaixo: Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Provisões: são reconhecidas quando baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos quando há provisão e reconhecida. Os passivos contingentes com o risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. Obrigações legais: quando existentes, são reconhecidas nas demonstrações financeiras.

	Valor contábil / Justo	Total
	Sem Abaixo 3 meses	Valor Justo
1 - Ao valor justo por meio de resultados abrangentes (VJORA)	5.751 270.236 117.014	15.959 408.960 408.633 327
Títulos públicos - No país	5.751 270.236 117.014	15.959 408.960 408.633 327
Letras Financeiras do Tesouro	5.751 270.236 117.014	15.959 408.960 408.633 327
2 - Valor Justo por meio do Resultado (VJR)	57.502	57.502
Títulos privados - No país	57.502	57.502
Cotas de fundos de investimentos - FILCB Multimercado	57.502	57.502
Ao custo amortizado (CA)	7.388	7.388
Cartificado de depósito interfinanceiro	7.388	7.388
Total (1 + 2 + 3)	57.502 5.751 277.624 117.014	15.959 473.850 473.523 327

Os títulos e valores mobiliários estão classificados no nível 1, estágio 1, e estão vinculados à prestação de garantia no montante de R\$ 408.960. O risco de crédito não possui avaliação de risco de crédito e nenhuma perda provável no exercício. Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e as Cotas do Fundo de Investimento Liquezid Câmara B&MF Bovespa Multimercado estão custodiadas na B3. Os certificados de Depósito Intermercado não são considerados caixa e equivalentes de caixa por se tratar de garantia em forma de depósito, utilizada para realizar a gestão de risco de acordo comercial - (Escrow account), que correspondem as obrigações com os ex-sócios da Link, explicadas na nota 11. Desta forma, não compreendem o gerenciamento de caixa de curto prazo. Os CDI estão classificados como estágio 1. A Corretora não possui instrumentos financeiros derivativos próprios em 31 de dezembro de 2025.

6. Negociação e intermediação de

Continuação
UBS BB
Investment Bank

bolsas de valores deixaram de ser entidades sem fins lucrativos e passaram a ser empresas de capital aberto, os antigos detentores de títulos passaram a ser acionistas, o que ocasionaria, de acordo com a argumentação do fisco, o suposto ganho patrimonial sujeito à tributação de IRPJ e CSLL. A ação foi julgada improcedente em 2009 e, atualmente, aguarda-se o julgamento definitivo de recurso de apelação. Não obstante considerar que a Portaria nº 785/77 e o precedente representado pela Decisão nº 13/97 levam à conclusão de que não é devida a tributação em questão, mas considerando as incertezas acerca do entendimento sobre o assunto pelas autoridades fiscais, a empresa, por unanimidade, fundamentada na opinião de seu assessor jurídico, decidiu pela constituição da provisão contábil em montante equivalente a fazer face ao eventual recolhimento dos tributos. O depósito judicial foi realizado espontaneamente na Ação Cautelar com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário em discussão e o julgamento de ambos os processos ocorrerá em conjunto. (4) IRPJ CSLL desmuntualização BOVESPA - a Link S/A CCTVM teve contra si lavado Auto de Infração, o qual deu origem a Processo Administrativo com vistas a exigir IRPJ e CSLL em decorrência da transformação dos títulos que detinha da BOVESPA em ações por conta da operação de desmuntualização. Como os débitos só poderiam ser executados após o encerramento do processo administrativo, foi ajuizado MS e, posteriormente, Ação Cautelar para suspender a exigibilidade do débito e viabilizar a defesa em instância administrativa. Além disso, a Execução Fiscal, que havia sido prematura neste caso, foi extinta com os Embargos. Assim, toda a atividade de cobrança retrocedeu ao seu primeiro estágio, de impugnação ao Auto de Infração. Atualmente, o processo encontra-se em esfera administrativa aguardando julgamento de Recurso Voluntário. (5) Depósito judicial realizado no âmbito de ações trabalhistas, decorrentes do curso regular das operações. (6) Trata-se de ação ordinária de indenização civil ajuizada contra a Link S/A CCTVM decorrente do curso regular das operações, em que se discute o pagamento de danos materiais e morais. Atualmente, o processo encontra-se em fase recursal, e, paralelamente, de cumprimento de sentença. **Passivos contingentes:** A Corretora é parte de processos classificados, pela administração e seus assessores jurídicos, como perda possível e para as quais não foram constituídas provisões:

	Quant.	31/12/2025
Processos administrativos:		
Processos judiciais e administrativos tributários	5	12.676
Ações trabalhistas	1	282
Ações civis	3	211
		13.169

10. Imobilizado de uso e intangível: a) Imobilizado de uso:

	Móveis e Equipamentos	Instalações e Equipamentos de processamento de dados	Total
Saldos em 01/01/2025*	121	13	567
Aquisições	-	416	6.937
Baixas	(5)	(5)	(10)
Depreciações	(23)	(3)	(121)
			(947)
			(1.094)
Saldos em 31/12/2025	98	10	857
Custo	226	46	1.034
Depreciação acumulada	(128)	(36)	(177)
			(25.030)
			(25.371)

b) Intangível:

	Lista de processos de clientes (I)	Sistema de dados (II)	Total
Saldos em 01/01/2025*	19.438	666	20.104
Amortização	(1.069)	(37)	(1.106)
Saldos em 31/12/2025	18.369	629	18.998
Custo (I)	32.100	1.100	33.200
Amortização acumulada	(13.731)	(471)	(14.202)

* A adoção da norma CMN nº 4.966/2021, não gerou impactos nos saldos de abertura, portanto, o saldo de 01/01/2025 é igual 31/12/2024. (I) Representado pelos Ativos Intangíveis de UBS Acquisition Holding S.A., decorrente da compra da antiga Link Holding S.A., pelo grupo UBS. (II) O ativo sobre resultados futuros de R\$ 125.877 foi integralmente amortizado até 30 de junho de 2025.

11. Outros passivos:

	31/12/2025
Circulante	
Sociais e estatutárias	12.642
Fiscais e previdenciárias	
Impostos e contribuições sobre o lucro	22.074
Impostos e contribuições a recolher	36.603
Impostos e contribuições diferidos	131
Diversas	
Obrig. Aquisição de bens e direitos (I)	7.388
Provisão de pagamentos a efetuar	182
Despesas de pessoal	91.753
Outras despesas administrativas a pagar	437
Perda esperada	162
Outros pagamentos - taxas e emolumentos	712
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 14)	27.011
Credores diversos - país	
Contas a pagar - despesas administrativas	1.190
Total	200.123

(I) Representada por obrigações de aquisição da Link Holding S.A. ocorrida no exercício de 2013. Tais obrigações são atualizadas por uma taxa equivalente a 95% do CDI. Ver Nota 3 (I), Nota 5 e Nota 9 (4).

12. Imposto de renda e contribuição social: a) A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2º Sem/2025	31/12/2025
Correntes		
Resultado Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	59.543	82.663
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - às alíquotas vigentes	(23.805)	(33.041)
Não tributável/não dedutível:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social ¹	20.971	
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(19.594)	10.613
Incentivos Fiscais	354	354
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(22.074)	(22.074)
Constituídos no exercício	639	1.302
Realizados no exercício	(2.941)	(8.661)
Recargas / (Despesas) de Tributos Diferidos	(2.302)	(7.359)
¹ O prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do exercício foram originados pelo pagamento de bônus ocorrido em fevereiro, o que resultou na dedução da referida despesa para fins de cálculo do IRPJ e da CSLL e consequente redução da base fiscal. O provisionamento dos bônus a serem pagos em 2025 fará com que a base fiscal seja positiva em dezembro/2025. b) Créditos tributários: Composição dos créditos tributários:		31/12/2025
Apuuração de imposto de renda e contribuição social - diferidos		
Base de cálculo:		
Provisão para bônus no exercício (I)		123.707

	2º Sem/2025	31/12/2025	
Passivos contingentes		24.948	
Outras provisões		676	
Base de cálculo:		149.331	
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes		59.733	
Total		59.733	
(I) A provisão para bônus está apresentada, principalmente, na Nota 11 como "Despesas de Pessoal" e "Impostos e Contribuições a recolher". Os créditos tributários apresentarão no exercício a seguinte movimentação:			
Consti- Reversão/01/01/2025*	tução (utilização)	31/12/2025	
Provisão para bônus	58.274	(8.791)	49.483
Amortização do Ágio	5.036	(5.036)	-
Passivos contingentes	8.678	1.302	9.980
Outras provisões	139	131	270
Total	72.127	1.302	(13.696)
* A adoção da norma CMN nº 4.966/2021, não gerou impactos nos saldos de abertura, portanto, o saldo de 01/01/2025 é igual 31/12/2024. A previsão de realização dos créditos tributários é a seguinte:			
Projeção	2026	2027	Total
Créditos tributários - Provisão para bônus	49.483	-	49.483
Passivos contingentes	4.990	4.990	9.980
Outras provisões	270	-	270
Total	54.743	4.990	59.733

A Administração realiza periodicamente uma avaliação dos créditos tributários, tendo como premissa a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social sobre lucro em montante que justifique a ativação de tais valores. Com base em suas projeções econômicas de resultado, considera que aferirá lucro tributável, dentro do prazo regulamentar, para absorver todos os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, o valor presente desses créditos tributários, calculado considerando a taxa Selic, correspondem a R\$ 55.298.

13. Patrimônio Líquido: Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social de R\$ 363.158 está representado por 44.155.370 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, inscritas por acionista domiciliada no país. **Reserva de lucros - Reserva Legal:** Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. **Reserva de lucros - Reserva estatutária:** A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. **Juros sobre capital próprio:** Nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2025 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas e conforme o estatuto social da Corretora. Em 31 de dezembro de 2025 foi provisionado o valor de R\$ 12.042 de dividendos, que será deliberado na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2026. De acordo com a Ata da Diretoria, foi aprovada, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2025, a distribuição de dividendos de exercício anterior no montante de R\$ 42.371, dos quais foram integralmente pagos.

14. Partes relacionadas: As partes, entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). a) Os saldos das operações ativas, passivas, de receitas e despesas envolvendo partes relacionadas são os seguintes:

	Natureza do relacionamento	31/12/2025
Ativo		
Disponibilidades	Relacionadas	261
Aplicações em operações compromissadas	Relacionadas	214.235
Outros créditos:		
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	109
Outros valores a receber (1)	Relacionadas	1.298
Passivo		
Outras Obrigações:		
Sociais e estatutárias	Controladora	12.642
Negociação e intermediação de valores	Relacionadas	15.887
Comissões e corretagens a pagar	Relacionadas	882
Outros valores a pagar (1)	Relacionadas	27.011
Outras Obrigações	Relacionadas	77

	Natureza do 2º Sem/relacionamento	2025	31/12/2025
Resultado			
Resultado de prestação de serviços	Relacionadas	20.505	69.171
Outras receitas operacionais (1)	Relacionadas	1.199	5.455
Outras despesas operacionais (2)	Relacionadas	(52.314)	(97.875)
Outras despesas administrativas (1)	Relacionadas	(80.679)	(188.908)
(1) Montantes referentes principalmente, a reembolsos de despesas administrativas/operacionais (em sua maioria de pessoal), conforme contrato de rateio entre as empresas do Grupo UBS. (Nota 11). (2) Montantes referentes principalmente a repasses. São consideradas como partes relacionadas as entidades do Grupo UBS AG no Brasil, Banco de Investimentos UBS (Brasil) S.A. e UBS (Brasil) Corretora de Valores S.A. e no exterior (como UBS AG, UBS Limited e UBS LLC), além de relacionadas no Brasil, como Banco do Brasil - B.B. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Corretora. As pessoas chave da Administração foram remuneradas, como segue:			
		31/12/2025	
Remuneração fixa		10.685	
Bônus		19.854	
Encargos sociais		10.514	
Total		41.053	

15. Ajuste de Avaliação Patrimonial

	31/12/2025
Amortização do Ágio ¹	(97.570)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	197
Total	(97.373)

¹ - Ágio relativo à incorporação reversa da UBS Brasil Acquisition Holding S.A..

16. Resultado de operações com instrumentos financeiros:

	2º Sem/2025	31/12/2025
Valor Justo por meio de resultado abrangente (VJORA)	28.495	51.652
Receita de Juros - Títulos de renda fixa	28.429	51.492
Ganhos (Perdas) - Títulos de renda fixa	66	160
Valor ao custo Amortizado (CA)	14.914	29.064
Receita de Juros - Aplicações interfinanceiras de liquidez	14.914	29.064
Ao valor justo por meio de resultado (VJR)	4.342	8.367
Ganhos (Perdas) - Outros	332	1.082
Receita de Juros - Aplicações em fundos de investimento	4.010	7.285
Total	47.751	89.083

As aplicações interfinanceiras de liquidez são representadas por juros de operações compromissadas com títulos públicos federais e juros de certificado de depósitos interbancário.

	31/12/2025
Passivos contingentes	
Outras provisões	
Base de cálculo:	
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	
Total	

	2º Sem/2025	31/12/2025
17. Receitas de prestação de serviços:		
Receitas de assessoria técnica	77.098	126.079
Receitas de comissões de colocação de títulos	124.344	235.259
Receitas de corretagens de operações em Bolsas	91.189	195.515
Receitas de serviços prestados a ligadas (Nota 14)	3.322	16.586
Receitas de serviços diferenciados - pessoa física	49	84
Receitas de outros serviços	-	17
Total	296.002	573.540

	2º Sem/2025	31/12/2025
18. Pessoal e encargos:		
Despesa de pessoal - benefícios	5.382	10.247
Despesa de pessoal - encargos sociais	12.168	23.183
Despesa de pessoal - proventos	28.122	56.934
Despesa de pessoal - proventos - bônus	33.591	65.555
Despesa de pessoal - proventos - bônus - encargos	11.111	22.527
Despesa de pessoal - treinamento	35	257
Despesa de remuneração de estagiários	371	665
Total	90.780	179.368

	2º Sem/2025	31/12/2025
19. Tributárias:		
Despesas com impostos sobre serviços - ISS	16.076	30.801
Despesas de contribuição social - COFINS	11.215	24.641
Despesas de contribuição - PIS	2.401	4.583
Outros	1.700	3.529
Total	31.392	63.554

	2º Sem/2025	31/12/2025
20. Despesas administrativas - diversas:		
Despesas com aluguel	166	327
Despesas com eventos, promoções e relações públicas	1.666	2.768
Despesas de serviços de terceiros	217	443
Despesas com serviços técnicos especializados	1.972	3.901
Despesas de viagem	2.605	4.874
Outras despesas	857	1.250
Total	7.483	13.553

	2º Sem/2025	31/12/2025
21. Benefícios a empregados: a) Remuneração variável por desempenho: A Corretora adota o programa de remuneração global do grupo UBS, e como parte deste programa, os funcionários são elegíveis ao recebimento anual de uma remuneração variável, além do seu salário fixo e demais benefícios. O programa estabelece critérios para pagamento desta remuneração por meio de 3 instrumentos, que possuem critérios de vencimento diferentes. Os instrumentos utilizados são: Crédito em conta, através de folha de pagamento; em espécie. - Ações do grupo UBS AG (<i>Equity Ownership Plan - EOP</i>), negociadas na bolsa de Zurich ou Nova Iorque. Estas ações não são títulos patrimoniais da Corretora, portanto o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo e reavaliado ao término de cada exercício de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do exercício. - Título de renda fixa do grupo UBS AG (<i>Deferred Cash Compensation Plan - DCCP</i>), emitido por esta entidade e, portanto, não se trata de um título patrimonial da Corretora, dessa forma, o passivo incorrido é mensurado por meio de seu valor justo na data de aquisição e reavaliado ao término de cada exercício de reporte e na data de liquidação, sendo que qualquer mudança deve ser reconhecida no resultado do exercício. A alocação do valor atribuído a cada funcionário dentre estes instrumentos é definida de acordo com os valores envolvidos, sendo que a utilização de outros instrumentos diferentes do crédito em conta, via folha de pagamento e de dinheiro à vista, só impacta funcionários que possuem remuneração acima de um determinado montante. Em 31 de dezembro de 2025, as provisões descritas acima representam, considerando os encargos, R\$ 110.622, sendo registradas na conta de "Provisão de pagamentos a efetuar - Despesas de pessoal" b) Previdência complementar: A Corretora concede benefício aos seus funcionários que aderiram ao plano de previdência complementar de contribuição definida. A despesa com a contribuição fixa e variável efetuada pela Corretora no exercício foi de R\$ 2.828 e estão apresentadas em despesas de pessoal. O plano de previdência é administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S/A. 22. Gerenciamento de riscos: O Conglomerado UBS Brasil ("Conglomerado") definiu apetites de riscos quantitativos e qualitativos para os seus principais riscos tomados. O Conglomerado também realiza testes de estresse nos principais riscos tomados e os resultados são utilizados nos testes feitos no plano de capital do conglomerado. O Conglomerado possui Comitê de Riscos que se reúne periodicamente para discutir a utilização dos apetites, principais incidentes, mudanças regulatórias, dentre outros assuntos. As instituições integrantes do Conglomerado gerenciam seus principais riscos que são: Risco de mercado - é definido como o risco de perda de um valor financeiro de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade excess de, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de crédito, que é o risco de não receber o valor devido por um Contraparte. Riscos que se reúnem periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing e modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à diretoria. O teste de estresse para verificar as perdas potenciais no resultado de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade excess de, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de crédito, que é o risco de não receber o valor devido por um Contraparte. Riscos que se reúnem periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing e modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à diretoria. O teste de estresse para verificar as perdas potenciais no resultado de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade excess de, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de crédito, que é o risco de não receber o valor devido por um Contraparte. Riscos que se reúnem periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing e modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à diretoria. O teste de estresse para verificar as perdas potenciais no resultado de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade excess de, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de crédito, que é o risco de não receber o valor devido por um Contraparte. Riscos que se reúnem periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing e modelos etc. O risco de mercado do Conglomerado é identificado, calculado e monitorado diariamente e informado à mesa de operações e à diretoria. O teste de estresse para verificar as perdas potenciais no resultado de uma carteira devido a mudanças nos preços dos instrumentos financeiros. O risco decorrente da exposição de suas operações às flutuações de taxas de juros, de cotações de câmbio e de ações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas por moedas, juros e outros indexadores. O Conglomerado possui sua carteira de negociações com o intuito de atender a demanda de hedge e investimento dos seus clientes no mercado e atua como market maker em muitos mercados brasileiros. Toda a sua carteira de negociação é marcada a mercado utilizando preços, índices ou curvas obtidas diretamente do mercado. Para a gestão do risco de mercado o Conglomerado utiliza ferramentas largamente conhecidas como o Value at Risk (VaR), onde analisa a perda potencial da carteira (metodologia de VaR) e calcula a perda financeira máxima em situações normais de mercado dado um determinado nível de confiança. Em complemento ao VaR, utiliza testes de estresse para calcular a perda esperada em momentos de estresse do mercado. O Conglomerado acompanha diariamente as sensibilidade de riscos a juros, câmbio, ações e a volatilidade excess de, bem como calcula o VaR e o teste de estresse das suas carteiras. Excessos de limites são reportados tempestivamente à Diretoria que acompanha o reequilíbrio das carteiras aos limites permitidos pela regulamentação vigente. O Conglomerado também acompanha o risco de crédito, que é o risco de não receber o valor devido por um Contraparte. Riscos que se reúnem periodicamente, onde se discute a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, excessos de limites, back testing e modelos etc. O risco de		